

INFORMATIVO - DEZEMBRO 2022



Lançado edital para contratação de Auditoria no Sistema de Bilhetagem Eletrônica

15 LINHAS DO MUNICÍPIO DE COLOMBO RECEBERAM AJUSTES E REFORÇOS EM SEUS ATENDIMENTOS



COMEC LANÇA EDITAL PARA AQUISIÇÃO DE NOVOS ABRIGOS PARA PONTOS DE ÔNIBUS





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Encerramos o ano com muito trabalho e quatro editais lançados. Uma demonstração de que teremos um 2023 muito produtivo e com muitas entregas para a população da Região Metropolitana de Curitiba. Com certeza também, resultado de uma equipe dedicada e comprometida, pela qual aproveito o momento para agradecer todo o esforço e dedicação destes quatro anos que estivemos juntos frente a Comec, e desejar um 2023 de muitas conquistas e felicidade. Muito obrigado.

Gilson Santos

Diretor-Presidente da Comec

UM GOVERNO INOVADOR E DE RESULTADOS

Paraná fecha 2022 como referência em eficiência da máquina pública

O Governo do Paraná fecha o ano de 2022 com a segunda máquina pública mais eficiente do País, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados, divulgado neste semestre pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Com nota de 99,6, houve um salto de quatro posições em relação ao ranking de 2021. Santa Catarina aparece na frente e somente os estados do Sul têm pontuação acima de 80.

O ranking é composto por equilíbrio de gênero na remuneração e no emprego público, oferta de serviços digitais, qualidade da informação contábil e fiscal, índice de transparência, custos do Executivo, Judiciário e Legislativa versus PIB, eficiência do Poder Judiciário e produtividade dos magistrados. No indicador de transparência, a evolução foi de 12 posições em relação ao de 2021. Equilíbrio de gênero teve salto de 14 posições no segundo ano da gestão, após algumas reformas já implementadas, e em um período muito difícil para todos os segmentos da sociedade. Segundo o ranking, a melhoria da eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento. Esse pilar tem peso de 8,2% no ranking final, que apresentou o Paraná como terceiro estado mais competitivo do Brasil, melhor posição na série histórica.

“Essa posição demonstra o quanto o Governo do Estado tem se preocupado com a busca por uma melhor qualidade de vida, proporcionando desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Paraná”, destaca o Secretário da Fazenda, Renê Garcia Júnior.

PARANÁ PROTAGONISTA – O Ranking de Competitividade dos Estados identifica, dentro de dez pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos de todas as unidades federativas do País. O Paraná é o terceiro estado mais competitivo do Brasil e o líder em sustentabilidade ambiental. Outras posições de destaque são em inovação (3º), segurança pública (3º) e educação (5º).





Paraná mostra em números a sua liderança no País

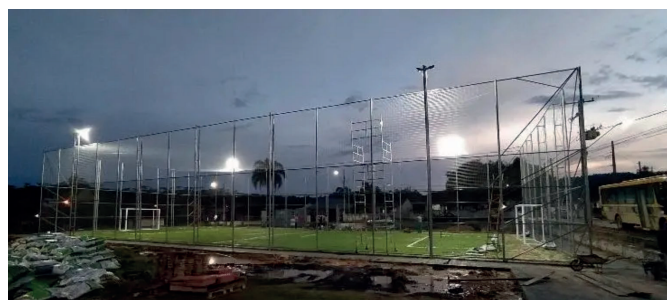
“Os números obtidos no Governo de Ratinho Junior, impressionam e colocam o Paraná na liderança entre os Estados do País. Em quatro anos de administração, apenas pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU) e Serviço Social Autônomo (Paranacidade), foram realizadas mais de 5 mil ações, entre obras e serviços, em todas as Regiões do Estado”, enfatiza o secretário da Pasta, Augustinho Zucchi. E o secretário cita o exemplo de pavimentação. Somadas todas as obras de asfalto, concreto, pedra regular ou irregular, blockret, recape e outras, são mais de 866,65 km. “É como se tivesse sido construída uma estrada maior do que de Curitiba ao Rio de Janeiro (844 km)”, destaca Zucchi.

Os investimentos realizados em um total de 5.616 ações foram de mais de R\$ 3,885 bilhões. Sendo que mais da metade, R\$ 2.247.458.759,01, foram por Transferência Voluntária da SEDU para serem aplicados em mais de 4.492 ações diversas. O que significa que os valores não precisam voltar aos cofres do Estado, valorizando todos os Municípios de maneira igualitária. Já, pelo Sistema de Financiamento aos Municípios foi investido R\$ 1.637.553.909,86 em 1.124 ações diferentes. Nos valores há também a participação do Município com Contrapartidas diversas.

MAIS NÚMEROS - E há outros números significativos, como 113 Barracões Industriais que impulsionam a economia, geram empregos e renda para milhares de pessoas; reforma em 179 Teatros Municipais incentivando a cultura no Estado. Foram 513

edificações como Escolas, Creches, Centros de Juventude, Ginásios de Esportes, Hospitais, Postos de Saúde, Complexos Esportivos e outras. Apenas de unidades de Meu Campinho foram 241, com grama sintética, e mais 94 módulos, com Parques Infantis e Aparelhos de Ginástica para pessoas mais idosas. “Uma ideia trazida da Alemanha, para o Paraná, pelo próprio Ratinho Junior, quando era secretário da SEDU. Uma proposta de oferecer alternativas de melhor vida às crianças, adolescentes e suas famílias. Livrando os filhos dos riscos das ruas e das drogas”, destaca Zucchi.

No mesmo período também foram adquiridos 1.441 veículos, mais 1.242 equipamentos rodoviários e 20 agrícolas. E, ainda, foram trocadas por lâmpadas LED quase 40 mil luminárias, garantindo maior beleza às cidades e segurança às pessoas em vias públicas em todas as Regiões do Paraná. Foram construídas, ampliadas ou reformadas 109 Praças e 20 Parques, dando melhor opção de lazer a todos.



Fonte: SEDU.



Comec vai contratar auditoria no Sistema de Bilhetagem

A Comec publicou edital para contratação de empresa para realização de uma auditoria e consultoria para ajustes no Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba. O objetivo é garantir, entre outros aspectos, o controle e integridade dos dados do SBE, operado pela Associação Metrocard e sua parceira tecnológica Transdata, para assegurar a adoção de políticas e regras de segurança da informação de acordo com os padrões das Normas

Internacionais ISO/IEC 27001 e 27002, o plano de desastre e recuperação para continuidade dos negócios, nas condições da ISO/IEC 23001, e realizar auditoria nos dados e controle de receitas e créditos de transporte e controle da demanda de passageiros transportados. O Governo pretende investir R\$ 810.000,00 na contratação, valor que poderá ser menor dependendo das propostas apresentadas pelas empresas. A abertura dos envelopes será dia 31 de janeiro de 2023.



Comec solicita análise da temporização de semáforos na BR-116

A Comec encaminhou ofício para a Superintendência de Trânsito de Curitiba e Prefeitura de Fazenda Rio Grande, solicitando apoio dos dois órgãos na análise e eventual alteração da temporização de semáforos existentes na BR-116. O objetivo, segundo os documentos, é estudar a possibilidade de aumentar o tempo disponível para o tráfego de veículos na rodovia que, conhecidamente, apresenta grandes congestionamentos nos horários de pico. Segundo a Comec, o tráfego intenso prejudica seriamente a operação do Transporte Coletivo Metropolitano que, nestes horários, chega a levar três vezes o tempo necessário para realizar o mesmo trajeto.

“O trajeto da linha F03 – FAZENDA DIRETO, que faz a conexão entre o Terminal de Fazenda Rio Grande e o Terminal do Pinheirinho, é realizado em aproximadamente 20 minutos. Mas em horários de pico, como às 7h01, o mesmo trajeto leva 57 minutos. O impacto deste tempo para a operação do sistema e, obviamente, para o cidadão, é muito significativo e exige de nós, gestores públicos, soluções imediatas.” destacou Gilson Santos. Os três semáforos que estão sendo estudados ficam localizados, um no início da Linha Verde, em Curitiba, em frente a antiga sede da empresa Pluma e dois na BR-116, no trecho urbano de Fazenda Rio Grande.



Comec apoia municípios no processo de verticalização da RMC

Um dos principais temas debatidos nas políticas urbanas é o crescimento e expansão das cidades. Nesse sentido, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – Comec, dentro de suas atribuições, tem desenvolvido estratégias e prestado assessoria aos municípios para que eles contemplem, na revisão de seus planos diretores, diretrizes de adensamento e verticalização nas áreas urbanas dotadas de infraestrutura, em detrimento da expansão horizontal e de seus perímetros urbanos. Um dos principais objetivos dessa orientação, é evitar o espraiamento urbano (expansão horizontal) em áreas de risco, com restrição à ocupação e carentes de serviços públicos como: abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica e transporte coletivo. Essa estratégia também promove uma melhoria na qualidade de vida daqueles novos moradores que estarão mais próximos aos centros urbanos. As dificuldades percebidas nos crescimentos horizontais das cidades estão na necessidade de expansão da infraestrutura não planejada, algo de elevado custo, não somente para o município, como para toda a sociedade. Adotando-se o adensamento das cidades por meio da verticalização, é possível ter maior controle de áreas de fragilidade ambiental e de gestão do planejamento urbano, promover a diversidade de uso e ocupação do solo urbano com usos mistos, minimizar lançamento de poluentes no meio ambiente, promover o eco turismo, evitar vazios urbanos, reduzir ocupações em áreas onde há incidência de diretrizes municipais e regionais,

além de permitir aos municípios reduzir custos com projetos e obras, aproveitando infraestrutura existente nessas áreas urbanizadas e combatendo a desigualdade social, promovendo o acesso a oportunidades pela população. Nesse sentido, a Lei nº 6.766/79, conhecida como Lei do Parcelamento do Solo, em seu Art 53, condiciona qualquer alteração de solo rural para urbano com a prévia manifestação do órgão metropolitano demonstrando que, embora o perímetro urbano seja definido por lei municipal, em uma região metropolitana essa expansão é capaz de provocar impactos negativos nos serviços de interesse comum dos demais Municípios. Assim, a Comec tem trabalhado com os municípios para que as alterações de seus perímetros urbanos sejam avaliadas e ponderadas a partir de condicionantes como a relação com o sistema viário e transporte público existente, o saneamento básico, iluminação pública, aspectos físico-ambientais, socioeconômicos e acesso a serviços públicos. A Comec promoveu, por meio do Decreto nº 10.499/22, a possibilidade de que os Municípios que adequem seus planos diretores aos critérios definidos, a possibilidade de maiores densidades verticalizadas em suas sedes urbanas nas áreas de mananciais, mais especificamente em zonas centrais ou zona/eixo comercial e habitacional. Essas diretrizes evitam que áreas desprovidas de infraestrutura básica sejam o destino de empreendimentos habitacionais, prejudicando o direito à cidade inerente aos cidadãos.



15 linhas de Colombo são ajustadas e reforçadas.

A Comec realizou alterações em 15 linhas que atendem o município de Colombo. As mudanças visam melhorar o atendimento prestado à população com aumento de horários e reajustes pontuais em itinerários. No total, estão sendo adicionados 209 horários entre as linhas alteradas. Para fazer frente a este novo atendimento, 8 veículos também serão adicionados na frota que passará de 35 para 43 veículos. As alterações consideram melhorias no atendimento que visam ainda recuperar passageiros

que deixaram de utilizar o serviço, uma vez que, dos atendimentos no sistema metropolitano, as operações continuavam com tabelas decorrentes das ações de racionalização da pandemia. Com a mudança a Comec atinge um índice de atendimento nas linhas de 94% se comparado ao realizado no período anterior ao da pandemia, apesar do número de usuários ainda ser de aproximadamente 18,758 pessoas, o que representa apenas cerca de 84% do registrado antes da pandemia.



Conselho de Transporte Coletivo vai ampliar debate.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou a lei 21.311/2022, que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba. Ele estará vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e tem como principal objetivo assessorar o Governo do Estado e os municípios da RMC na formulação de políticas públicas e na implementação de programas voltados ao desenvolvimento do transporte coletivo. O conselho terá como principais competências promover a participação da comunidade na formulação das propostas relativas ao transporte coletivo, propor e acompanhar a implementação de

políticas públicas, normatizações, regulações, fiscalizações e serviços, apreciar estudos, entre outras. Para o presidente da Comec, Gilson Santos, o novo conselho trará um avanço importante na gestão do transporte coletivo. “Será uma gestão compartilhada e, como consequência, mais próxima e alinhada às demandas municipais e metropolitanas. Será uma instância de discussão, proposição e planejamento desse sistema que atende milhões de pessoas todos os dias. Quem ganha é a população que, inclusive, terá assento no novo conselho”, disse. Segundo ele, o conselho será uma instância importante para tomada de decisões.



Edital vai contratar Laudo Técnico de Engenharia

A Comec lançou o edital da Carta Convite 02/2022 com o objetivo de contratar serviços técnico-profissionais para a realização de inspeções, vistorias, ensaios, sondagens, laudos técnicos e projetos executivos de infraestrutura para recuperação de vias e obras de arte no município de São José dos Pinhais. O objetivo é recuperar patologias identificadas nas trincheiras sob a BR-376 na Rua Cmte. Aviador José Lepinski e na Av. das Américas, sob a Rua Joaquim Nabuco.

Os ensaios e sondagens devem concluir quanto à estabilidade e integridade das estruturas, do solo da via e propor as soluções a serem adotadas. O valor investido pelo Governo do Estado na contratação dos serviços será de R\$ 326.908,28 e o prazo para conclusão será de 240 dias. Segundo o presidente da Comec Gilson Santos “as patologias identificadas não representam risco a população, mas passarão por um diagnóstico mais aprofundado e, se necessário, serão corrigidas”.

Comec conclui licitação do novo terminal de São José dos Pinhais



A Comec concluiu a licitação para contratação de empresa especializada para a construção do novo terminal de ônibus Afonso Pena, em São José dos Pinhais. O atual terminal já não suporta a crescente demanda de passageiros, além de possuir estruturas que necessitam de reforma. Desta forma, o novo terminal, localizado na Av. Rui Barbosa, uma das principais do município, terá cerca de 6.400m², mais que o dobro do atual terminal, e deverá trazer mais segurança e comodidade aos usuários. O espaço contará com estacionamento, bicicletário, área de recreação, parque infantil, academia ao ar livre, 16 lojas e 26 plataformas de operação.

Novos abrigos para pontos de ônibus serão contratados



A Comec também lançou o edital da Carta Convite 01/2022 que tem como objetivo a contratação de empresa especializada em fornecimento e transporte de abrigos para pontos de ônibus que serão destinados a municípios da Região Metropolitana. No total serão investidos R\$ 202.812,00 do Governo do Estado e o prazo para entrega dos novos abrigos será de 120 dias. Em 2020 a Comec concluiu a entrega de 720 abrigos para pontos de ônibus. Segundo o presidente da Comec Gilson Santos, “busca trazer mais comodidade e segurança aos usuários do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba”.

Deputado Estadual Hussein Bakri



Vereador de Colombo Giovani Strapasson



Audiência Pública do Contorno Norte de Curitiba



A Comec participou da Audiência Pública realizada pela empresa Arteris para debater a implementação do Contorno Norte de Curitiba. A obra é uma obrigação contratual prevista na concessão da Rodovia Régis Bittencourt, realizada pelo Governo Federal e coordenada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e deverá ser implementada nos próximos 10 anos. A Audiência é uma das etapas obrigatórias para a realização do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA que será entregue para avaliação e anuência do Instituto Água e Terra - IAT.

Capacitação sobre segurança no trabalho



A Comec realizou uma capacitação com a equipe do Departamento de Controle e Fiscalização de Obras, tendo como tema as Normas Regulamentadoras 35 e 18. A NR 35 regulamenta as normas de segurança para trabalhos realizados em altura, considerados superiores a 2 metros. Já a NR 18 estabelece diretrizes para o planejamento e organização para a implementação de sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.